

Diálogo entre Fanon e Krenak

Selma Capinan* 

Introdução

Este artigo emergiu de uma necessidade pedagógica de introduzir os dois autores constantes do título em um curso de Filosofia, o qual era perpassado por um projeto elaborado para atender ao componente Atividades Curriculares Continuadas (ACC), denominado “Diálogos Insubmissos”, então produzido em colaboração com alunos da rede pública e veiculado no YouTube.

O movimento gerado pelas inquietações das leituras me conduziu à produção do presente artigo. Ao ler as obras dos pensadores e ativistas Frantz Fanon (1925-1961) e Ailton Krenak (1953), inquiri-me: que relações são possíveis entre ser “Os condenados da terra” e ter “Ideias para adiar o fim do mundo”? De acordo com Achille Mbembe (2013), Fanon “experienciou o fim do mundo”, um tema central na obra de Krenak (2019). Essa experiência pode ser compreendida em sua dimensão dramática e sensível, na qual a linguagem se entrelaça às tensões existenciais que atravessam o sujeito colonizado, entre a ameaça da loucura e da morte.

Percebemos que as trajetórias pessoais dos autores são análogas a veios caudalosos de um rio das ideias; resolvi entrecruzá-las e, causando quiçá um fenômeno semelhante ao da pororoca, palavra tomada do tupi-guarani que significa “grande estrondo”, ocorrido duas vezes por ano, quando as águas do oceano – durante a maré alta – se encontram com as correntes dos rios amazônicos, simultaneamente, com base nessa metáfora, busco mediar um diálogo entre os sujeitos epistêmicos produzidos nas obras “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak (2019), e “Os condenados da terra”, de Frantz Fanon (1965), cujo eixo principal gravita em torno do conceito de humanidade e violência na perspectiva dos efeitos da colonialidade. Portanto, a tessitura do artigo foi cerzida pelas obras citadas e pelos possíveis pontos dialogais, proximais ou distais, entre os autores e suas obras.

Trançando as trajetórias

“Os condenados da terra” foi escrito por Fanon em um curto período, de abril a junho de 1961, e publicado em dezembro do ano seguinte, após sua precoce morte provocada por uma leucemia. O autor não pôde acompanhar o impacto da obra ou falar sobre o processo de produção. Já “Ideias para adiar o fim do mundo” foi plasmada em 1988 pelo escritor, filósofo e ativista do povo Krenak, Ailton Krenak, que teve intensa atuação na articulação nacional dos povos indígenas, promovendo a visibilidade dos problemas da terra e das garantias de direitos, dentre eles a educação indígena. Existia uma conjuntura política então favorável às discussões em curso. Por outro lado, Frantz Fanon teve a sua militância em território que remonta à ancestralidade afrodiáspórica na Argélia, ainda que em um espaço longínquo

* Doutoranda em Difusão do Conhecimento na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7933-1413>. E-mail: selmacapinan@gmail.com

da Ameríndia Central, onde nasceu, e toda a sua produção literária e ativismo distam da sua origem, mas tenham refletido as marcas da colonização em outros territórios.

A cronologia entre as produções literárias dissuade, aproximadamente, três décadas, suscitando, portanto, que a centralidade dos problemas levantados pelos autores tem perpassado ou transbordado seus efeitos ao longo da história e dos mais distantes países. Nesse sentido, afigura-se um dos aspectos mais relevantes dos respectivos temas levantados pelos autores: os efeitos da colonialidade, quer em África, quer no Brasil, gestando, assim, um sentido “universal” das marcas selvagens do colonizador. As duas obras possuem narrativas potentes para o pensamento contemporâneo, quer pela trincheira das discussões etnocêntricas, quer pelo aprofundamento das questões do racismo e da opressão sobre os processos da globalização (ORTIZ, 1994).

As obras supracitadas formam uma cartografia pindorâmica-afrodiaspórica, com enunciações que demarcam territórios epistemológicos, existenciais e políticos, influenciando gerações. Fanon nasceu na América Central, em Fort-de-France, na Martinica, uma das ilhas das Antilhas ou departamento ultramarino francês no Caribe. Ele liderou o movimento conhecido como terceiro-mundismo, muito influenciado pela teoria marxista, mas foi também um revisor, cujas críticas incidiram sobre a categoria de análise proposta por Marx: a classe e a luta de classes. Fanon contesta, afirmando que estes seriam os constructos referenciados pelo homem europeu, etnocêntrico. Portanto, faz-se necessário, para Fanon, repensar a dialética numa perspectiva da negritude, uma apreensão essencialmente existencial.

Para alguns autores, como Jean-Marie Domenach (1962), o existencialismo de Fanon está carregado de elementos de radicalização do marxismo, possibilitando incorporar, nas suas análises, outros tópicos para além da classe, a exemplo da questão do racismo estrutural como substrato essencial da colonização. Um dos especialistas brasileiros, Deivison Faustino (2015, p. 41), afirma que a obra de Frantz Fanon tem “[...] preocupação em apontar os nexos entre economia, cultura e subjetividade na análise da situação colonial”.

Para Fanon (1965, p. 106), a “[...] condição de existência da cultura é, pois, a libertação nacional, o renascimento do Estado”. Em outras palavras, Fanon disponibiliza saberes em direção a uma práxis política capaz de desestabilizar as estruturas concretas vivenciais para uma prática revolucionária. A própria “luta, no seu desenrolar, no seu processo interno, desenvolve as diferentes direções da cultura e esboça novas orientações” (FANON, 1965, p. 280). O projeto cultural eurocêntrico não deixa de opor a cultura branca às outras culturas. O colonialismo não acreditou ser necessário perder o seu tempo para negar, umas após outra, as culturas das diferentes nações (FANON, 1965).

Importante ressaltar que o conceito de existencialismo é um dos elos distanciadores e proximais e representa uma antinomia entre Fanon e Sartre. Quando Sartre o introduziu no debate filosófico, foi amplamente criticado por setores do marxismo, que viam no existencialismo uma abstração excessiva das determinações históricas e materiais. Para esses críticos, a ênfase na liberdade individual corria o risco de obscurecer as estruturas objetivas de dominação. Entre eles, György Lukács (1978, p. 15) afirmava que “[...] o existencialismo sartriano representaria o estágio do imperialismo”, sustentando que, ao privilegiar uma concepção individualista e trágica da liberdade, a filosofia sartriana poderia, paradoxalmente, acomodar-se às condições opressivas do capitalismo em vez de superá-las.

Por outro lado, a individualidade da pele negra, pensada por Frantz Fanon, tem a dimensão das subjetividades negras no que se refere à incorporação e à afetação dos efeitos da modelagem branca. É, essencialmente, uma abordagem existencialista, com dimensões sócio-históricas. Ainda que tenham aspectos dissonantes nas análises em relação ao individualismo existencial, os dois autores coadunam ao afirmarem que o existencialismo como uma filosofia, incapacita a ação política transformadora, uma vez que a filosofia existencialista ignora as bases materiais da sociedade e as condições que precisam ser transformadas para superar a alienação e a exploração.

De acordo com Fanon, Sartre, especialmente no contexto do racismo e da colonização, minimiza as dimensões concretas da opressão racial e colonial. Para Fanon, o existencialismo não dá conta das estruturas de opressão que afetam coletividades inteiras. A luta pela libertação dos povos colonizados, para Fanon, não pode ser reduzida a dilemas existenciais individuais, mas deve ser entendida como uma luta coletiva contra sistemas de opressão. Tanto Fanon quanto Lukács veem o existencialismo como uma filosofia que incapacita a ação política transformadora.

No tocante ao existencialismo fanoniano, emerge a questão de qual sujeito atabula Frantz Fanon. Ele pressupõe a noção de um sujeito colonial escravizado, isto é, um sujeito desenraizado, cultural e psiquicamente, em busca de uma relação fusional ou narcísica inexistente. Perfil traçado desde a sua primeira obra, “Pele negra, máscaras brancas”; este sujeito que sabe “[...] desde o seu nascimento que esse mundo é estreito, cheio de interdições” (FANON, 1965, p. 19). E, “Por mais que pensasse, sentisse ou desejasse o contrário, em face do branco era visto apenas como um preto” (FANON, 1965, p. 31), sendo o “[...] mundo colonizado um mundo dividido em dois, e a linha divisória, a fronteira indicada pelos quartéis e pelos postos de polícia” (FANON, 1965, p. 28).

Significa dizer que a ontologia panorâmica remete a um sujeito *esquizo*, resultado das violências psíquicas e físicas. É a expressão da extrema lógica da desumanização. Esquadrinhar esse sujeito, portanto, é revelar o “outro” constituído pelo colono. O sujeito de “Os condenados da terra” encontra o seu substrato teórico-prático no Movimento de Libertação da Argélia (MLA), ambiente tensionado pela guerra civil, que se circunscreve no ambiente ainda colonial, situação descrita pelo autor como “[...] uma não máquina de pensar, nem um corpo dotado de razão, mas como a violência em estado primitivo” (FANON, 1965, p. 46).

Portanto, esse sujeito é capaz de uma violência maior: a descolonização. Tem em seu primeiro estágio, dificuldade de compreender o processo ao qual a própria existência estava aprisionada e lapidada, mas “[...] depois de anos de irrealistas, de se perder entre os fantasmas mais incríveis, o colonizado, empunhando a metralhadora, enfrenta por fim as únicas forças que negavam o seu ser” (FANON, 1965, p. 29). E, singularmente, torna-se uma potestade ao apossar-se da consciência de que é “[...] explorado e compreende que a sua libertação exige todos os meios de ação e, em primeiro lugar, a força” (FANON, 1965, p. 27), a saber: a afirmação de um sujeito que transita da alienação para a práxis revolucionária.

Essa síntese não é fruto de uma antítese, mas de uma leitura da realidade embasada na experiência como diretor de hospital psiquiátrico na cidade argelina de Blida, onde Fanon aprofundou sua pesquisa a respeito da formação da subjetividade do negro colonizado e sobre como as marcas das violências, a negação ou a animalização sofridas pelo colonizado amalgamam a psique que, desterritorializada na sua

essencialidade cultural, vivencia a fragilização do ser, do qual se faz renascer, como fênix, na sua teoria, a existência de um novo projeto de homem, uma nova humanidade, pois, como diz Ortiz (2014, p. 441):

O projeto se sobrepõe assim à realidade, reconduzindo Fanon às suas antigas preocupações sobre a autenticidade do homem. Seja ele negro ou colonizado, senhor ou escravo, sua realização como liberdade, seria uma promessa, uma esperança, uma abertura para um tempo futuro.

Prospecta-se um homem novo após o fim da colonização, revolucionário. Um argelino autêntico, [...] este homem é ao mesmo tempo ordenador e vítima de um sistema que o havia sufocado e reduzido ao silêncio (FANON, 1966, p. 255-256). Para Ortiz (2014), a análise de Fanon insere-se na perspectiva hegeliana e revela um profundo humanismo: a crença de que o homem só pode se realizar enquanto liberdade.

Para a construção desse existencialismo radical, Frantz Fanon aprofunda sua reflexão sobre a subjetividade e a consciência, o que o leva a rechaçar aspectos fundantes da psicanálise freudiana, da psicologia de Octave Mannoni¹ e, não menos importante, de Carl Gustav Jung. Fanon identifica, nesses autores, a persistência de pressupostos racializados que atravessam suas formulações teóricas. Ao examinar a interpretação junguiana do sonho – especialmente na polaridade simbólica entre preto e branco – evidencia-se a associação recorrente do negro à obscuridade, ao inconsciente e à ameaça.

Em “Black skin, white masks”, Fanon observa: “Ele assimila o estrangeiro à obscuridade, à má tendência...” (FANON, 2008, p. 161). Ao destacar expressões como “as ‘psicoses latentes’ são as ‘bêtes noires’” (JUNG, 2006, p. 171), ele demonstra como a linguagem simbólica europeia naturaliza a negrura como negatividade. Essa operação simbólica não é neutra: ela participa da produção daquilo que Fanon denomina “zona do não-ser” – espaço ontológico em que o sujeito negro é destituído de reconhecimento pleno e reduzido à condição de sombra, instinto ou ameaça. Assim, a crítica fanoniana não se limita à psicologia, mas denuncia a própria arquitetura epistemológica que sustenta a hierarquia racial no interior da modernidade.

Para o autor, é incompreensível que o inconsciente seja representado como negrura, assim como o conceito junguiano de “sombra”, cujas ramificações extremas remontam ao reino de nossos ancestrais animais, “englobando também o aspecto histórico inconsciente...” (JUNG, 2006, p. 496). E talvez a mais conhecida interpretação de “Homens soturnos e negros”, que diz:

Comecei a desconfiar do Senhor Jesus. Ele perdeu seu aspecto de grande pássaro benevolente e confortante e foi associado aos homens soturnos e negros, de fraque e cartola, cujos sapatos eram pretos e lustrosos e que se ocupavam com caixões negros (JUNG, 2006, p. 39).

Nesse sentido, moveu-se para a construção de uma psicologia que pudesse dar conta dos aspectos culturais do povo argelino, deflagrando, dessa forma, uma desestabilização do *status* das bases

¹ Mannoni procura demonstrar a existência de um complexo de inferioridade “natural” ao africano. Nesse sentido, o homem da África se diferenciaria do homem ocidental.

universais da psicologia, da psiquiatria e da psicanálise, incluindo a linha lacaniana. Demonstrou, na prática psiquiátrica hospitalar, a importância dos aspectos sociais para o paciente, não mais adotando o recorte teórico individualista e edípico da psicanálise. Imprimiu, dessa maneira, os parâmetros de uma psiquiatria social e a negação dos internamentos, preconizando, assim, o movimento antimanicomial. Tratou-se de não apenas uma reação aos modelos, essencialmente, de internação e medicamentosos, mas também de um movimento político-filosófico, iniciado na década de 1960, propiciando sentido à epistemologia do sujeito colonizado e dos princípios para a formação do novo homem, o descolonizado, quer no plano da consciência existencial, quer num posicionamento político, inaugurando, então, o humanismo fanoniano.

Essa narrativa, obviamente, apresenta os elementos na obra “Os condenados da terra”, em que o autor explicita que: “[...] a colonização apresentava-se já como uma grande provedora dos hospitais psiquiátricos” (FANON, 1965, p. 74), e afirma que as patologias mentais permanentes e regulares foram produzidas diretamente pela opressão (FANON, 1965, p. 75). Para Bhabha (1998, p. 98), “[...] a psiquiatria sociodiagnóstica de Fanon tende a resolver as voltas e revoltas do sujeito do desejo colonial”, revelando a ambivalência do branco e do negro aprisionados na relação de dominação e desejo.

Por outro lado, o desejo motriz para “adiar o fim do mundo” foi exposto na palestra a respeito da invenção do “mito da sustentabilidade”, proferida por Krenak em 2019 na Universidade de Brasília (UnB), na qual apresentou uma epistemologia indissociável da cosmogênese pindorama, cujos sujeito e objeto, logos e natureza, obviamente, não se contrapõem, nem partem de uma exterioridade. O que ele mostra, portanto, é a polifonia dos seres “inteligentes” manifestos, sem uma hierarquia entre os reinos, nem um atributo essencial e exclusivo da inteligência humana. Para o autor, é inconcebível “[...] uma humanidade descolada de maneira absoluta desse organismo que é a terra” (KRENAK, 2019, p. 22). Esta é compreendida como natureza primordial, mãe e ancestral. Todas as histórias antigas chamam a terra de Mãe, Pacha Mama, Gaia. Uma deusa perfeita e infundável, fluxo de graça, beleza e fartura (KRENAK, 2019, p. 41).

Ao discutir o conceito de sustentabilidade, historicamente gerado nas entranhas da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, evento no qual foram estabelecidas metas, assistência técnica e financiamento, com vistas a atender e melhorar o ambiente humano para as futuras gerações, Krenak afirma que esse conceito tornou-se um marco legal para as questões relacionadas ao meio ambiente e, portanto, um dos demarcadores para a criação do que ele denomina de Mito da Sustentabilidade. Para Krenak, trata-se de uma visão antropocêntrica com bases neoliberais, exercida por essas agências mundiais e que corrobora o conceito e a prática da humanidade colonial.

Diz Krenak (2019, p. 8) que a sustentabilidade, para muitos organismos nacionais e internacionais, teria função semelhante à de um portfólio. Nesse sentido, “[...] é como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra. Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu”. Ao discutir o conceito e as práticas ditas sustentáveis, ele se aproxima da teoria do decrescimento econômico do romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1971), que rompe com a ideia de desenvolvimento ao apresentar as contradições da proposição neoliberal de desenvolvimento, o sustentáculo da chamada sustentabilidade.

De acordo com W. Brian Arthur (1999), em “Complexity and the economy”, a economia deve ser compreendida como um sistema “fora do equilíbrio”. Nessa obra, o autor – pioneiro na aplicação da teoria da complexidade ao campo econômico – argumenta que os processos econômicos se organizam como sistemas adaptativos, marcados por dinâmicas de auto-organização e pela emergência de padrões, em vez de tenderem naturalmente a um ponto estável de equilíbrio, indicando, portanto, a necessidade de uma mudança de paradigma que desloque o centro da racionalidade econômica para a centralidade da vida, como defendem Ailton Krenak e Nicholas Georgescu-Roegen ao criticarem o mito do crescimento ilimitado. Ambos os autores tensionam os limites ecológicos e ontológicos do desenvolvimento.

As questões relativas ao meio ambiente e à origem das riquezas, provavelmente, são as implicações mais relevantes da teoria econômica de Georgescu-Roegen, aliadas às transformações e transações econômicas criadoras de valores irreversíveis, considerando que todas as transformações e transações econômicas criadoras de valores reduzem a entropia² localmente, dentro do sistema econômico, enquanto aumenta a entropia globalmente (BEINHOCKER, 2006). Em outras palavras, diminui a capacidade de produção energética no planeta Terra.

Em “Ideias para adiar o fim do mundo”, Ailton Krenak (2019) relaciona os efeitos da colonização ao conceito de “humanidade” e ao da sustentabilidade, campo este cerzido, ou forjado, numa dicotomia entre humanidade obscurecida e esclarecida. Ele coloca na centralidade da sua análise a relação entre colonialidade, economia e a produção de uma subjetividade do que se chama humanidade. Esse último conceito é capaz de evocar o privilégio do mito fundante da filosofia para si, contrapondo-se ao de humanidade embrutecida. Busca aprofundar os efeitos da violência produzidos por uma “humanidade” embasada nos princípios do racionalismo iluminista e da modernidade. E, desse modo, como um vírus em constante mutação, provoca, na contemporaneidade, efeitos devastadores. Krenak traduz então essa humanidade como aqueles que criam uma abstração de unidade, do homem como medida das coisas: “[...] e saímos por aí atropelando tudo, num convencimento geral até que todos aceitem que existe uma humanidade com a qual se identificam, agindo no mundo à nossa disposição” (KRENAK, 2019, p. 11). “Aqueles que se chamam de humanidade obscurecida são os caiçaras, ribeirinhos e os indígenas”, os únicos capazes de ficarem agarrados nessa terra; e segue Krenak afirmando:

Existe ainda uma outra categoria a que denomina-se de quase-humanos, são milhares de pessoas que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida (KRENAK, 2019, p. 21).

Corroboramos o que Achille Mbembe (2018) denomina de necropolítica, marcadamente um mapa da morte gerado pelas políticas estruturais para os negros e indígenas, traduzível, ainda, na fala de Milton Santos (2000), naquilo que denomina espaços opacos, habitados por aqueles que vivem sem acesso aos bens e serviços, alijados do pertencimento da sua cidadania, tornando-se apenas consumidores.

² Entropia é uma importante grandeza física utilizada na Mecânica Estatística e na Termodinâmica para medir o grau de desordem de um sistema. Dizemos que, quanto maior for a variação de entropia de um sistema, maior será sua desordem, ou seja, menos energia estará disponível para ser utilizada.

Quanto àqueles que reivindicam para si o conceito de humanidade esclarecida, Krenak (2019, p. 22) os denomina “os extratores da terra”, os quais são capazes “de produzir uma abstração civilizatória”, mas igualmente potentes para “[...] suprimir a diversidade, negar a pluralidade das formas de existência e hábitos, oferecendo o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para o mundo” (KRENAK, 2019, p. 23).

Se, dentre as questões fundantes da obra, ela versa sobre a base de legitimidade para o que se denomina de humanidade, ele também pergunta sobre o que nos faz participar deste “clube da humanidade”, vez que este só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade (KRENAK, 2019, p. 13). Com base nos pressupostos da análise do autor, pode-se afirmar que o sujeito epistêmico dessa obra, assim como o sujeito da obra de Fanon, tem sua subjetividade colonizada. Modelagens que os invisibilizam ou os tornam animalizados, obscurecidos e adjetivados, essencialmente, como “não ser”. Os pressupostos da colonialidade, portanto, encontram as raízes da violência, também, nas questões raciais.

Ao que Krenak (2019, p. 14) denomina humanidade esclarecida, a função assemelha-se à de “um liquidificador”, com a capacidade de triturar e homogeneizar as diferenças, gerando um outro sujeito que recebe o título de sócio, a “Humanidade zumbi” (KRENAK, 2019, p. 26), capaz de abrir mão da sua cidadania em detrimento de ser um consumidor. Nesse sentido, Krenak reafirma o que Fanon chamou de efeito do colonialismo para a subjetividade, que ele conceitua como “servidão voluntária”. Essas servidões são mantidas por instituições capazes de produzir coesão. Assim, o sujeito sobre o qual Krenak se debruça para “adiar o fim do mundo” necessita, neste “mundo maluco”, tornar-se louco quando desgarrado da sua memória ancestral; tornar-se um sujeito da ausência, imbecil (KRENAK, 2019). E mesmo os sujeitos produtores de conhecimento e da ciência esvaziam o sentido dessa produção quando a transformam em simples mercadoria.

Adiar o fim do mundo, ou a construção de novos paradigmas para essa ontogênese, não se trata de um reordenamento. Essa humanidade aludida pelo autor diz respeito ao deslocamento da gramática de leitura de mundo, ou do abandono da base analítica embasada numa lógica racional, apontando para a realidade apresentada pelo mundo onírico. O sonho não somente como um horizonte do cotidiano demarcado pelas circunstâncias do mundo da vigília, mas também como um conselheiro capaz de desvendar o futuro e anunciar o mais profundo da própria existência. Ritual que compartilha as histórias, ou contar histórias. Krenak, então, indaga: qual seria a estória que cada um escolhe para contar? Portanto, evoca uma ação reflexiva e um tempo de narrativa que se assemelha ao do debulhar de um milho, manualmente, exigindo determinação, precisão e ritmo sobre a consciência ativa quanto ao modo de fazer e viver aqui na Terra. E ele nos apresenta um cardápio de estratégias contra o colonizador, que consiste na criatividade e na poesia (KRENAK, 2019).

O sujeito que comporia a humanidade capaz de adiar o fim do mundo seria capaz de acenar, como diz Krenak (2019, p. 28), para outros mundos no sentido prazeroso, cujo substrato seria a inocência e de encontrar nos sonhos “[...] a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não conseguem fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas”. Adiar o fim do mundo seria pôr fim ao modelo do antropoceno, como aquela boca que tudo come; a fome desesperada que come todo o planeta poderia ser apenas “[...] uma breve interrupção de prazer extasiante” (KRENAK, 2019, p. 12) do consumo.

O sonho em Fanon revela a vivência onírica do colonizado em face do processo de libertação nacional; ele, que fora encurralado pelo invasor, cujo cenário argelino fez ecoar todas as opressões dos negros sob a marca da colonização francesa. Foram analisadas as perturbações oníricas causadas pelos distúrbios mentais do colonizado, assim como as dos povos indígenas, os quais ele descreveu da seguinte maneira: “Por isso é que os sonhos do indígena são sonhos musculares, sonhos de ação, sonhos agressivos. Eu sonho que dou um salto, que nado, que corro, que subo. Sonho que estouro na gargalhada, que transponho o rio com uma pernada, que sou perseguido por bandos de veículos que não me pegam nunca” (FANON, 1965, p. 39).

A terra, para ambos os escritores, faz parte dessa ontogênese, alimentando a cultura e os vínculos. Ao analisar os deslocamentos migratórios do homem do campo para a cidade, para virar mão de obra em centros urbanos, Krenak (2019, p. 9) denuncia a violência com que essas pessoas foram “[...] arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade”. Portanto, esse sujeito, ao favelizar a sua existência, desloca-se da essencialidade que é a terra. Esta entendida como princípio e não como bem, porque rege o vínculo com os antepassados e toda a sua ancestralidade espiritual. A terra é um dos seres da natureza. Assim sendo, afirma Krenak (2019, p. 10): “Tudo em que eu consigo pensar é natureza”.

Considerações finais

Dores e afetações no transcorrer das experiências pessoais dos autores Krenak e Fanon modelaram as subjetividades, que transformadas em potência crítica criativa, articularam poéticas cuja função é a de estruturar um ativismo libertário. Essas poéticas refletem o sofrimento e o sangue derramado, tanto dos cinco milhões de indígenas mortos durante a colonização quanto dos milhares que continuam a ser vítimas hoje em dia na luta contra garimpeiros, madeireiros, latifundiários e pecuaristas. Da mesma forma, o sangue derramado pelos argelinos na luta pela libertação nacional também aparece nessas obras, carregadas de uma potência que expressa uma humanidade liberta, desperta e cheia de sonhos.

Fanon faz uso da literatura como uma arma potente de guerrilha e, como guerrilheiro que foi, demonstra autonomia frente a muitas teorias, produzindo novos significantes capazes de desestabilizar a consciência do sujeito colonizado rumo à construção de um existencialismo radical e à construção de uma humanidade descolonizada.

Embora sua obra tenha permanecido por décadas marginalizada ou silenciada, especialmente no contexto da ascensão das direitas e da consolidação de regimes militares nas Américas, seu pensamento segue atual e incontornável. A literatura de Fanon retorna com grande potência, sobretudo fortalecida na década de 1970, na Inglaterra, pelas ideias da esquerda britânica, em cujas pautas constam as questões contracoloniais. Dessa maneira, como pólen na primavera, espriam-se as ideias fanonianas, ganhando adeptos no mundo e também no Brasil, a partir da década de 1980.

Ambos os escritores deram ênfase ao tema do sonho; entretanto, as perspectivas se diferenciam. De acordo com Fanon, o sonho é apresentado como visão interna da subordinação e anseio de liberdade. A liberdade de construção de um sujeito que não seja oco nem reflita aquele homem que, no “regime

colonial, a gratidão, a sinceridade, honra são palavras ocas”, vez que o homem reivindica e afirma a um só tempo sua humanidade ilimitada (FANON, 1965, p. 255).

A mesma liberdade da qual fala Ailton Krenak, mas para quem o sonho faz parte de uma realidade ancestral, ou mesmo funciona como um guia dos saberes. O sonho, na obra de Krenak, articula o mundo da realidade com a guiança e a cura humana. Para Fanon, a dimensão onírica retrata os sentimentos profundos das dores da opressão do colonizador.

As obras em análise, “Os condenados da terra” e “Ideias para adiar o fim do mundo”, dialogam ao desvendarem os aspectos da universalidade proposta pelo humanismo colonizador, também denominado por Nelson Maldonado-Torres (2010, p. 402) como “imperialismo epistêmico”, o qual perpassa o campo da ciência e dialoga com os princípios também da psicanálise, estando, historicamente, entrelaçado ao discurso das religiões monoteístas do colonizador e sendo uma das bases radicais do sistema capitalista.

Frantz Fanon desmistifica os fundamentos dessa epistemologia quando identifica os argumentos da modelagem eurocentrada da psicanálise, que não permite a compreensão da situação psicossocial do negro, e afirma que a psicanálise não é capaz de captar a essência das relações narcísicas por projetar na subjetividade dos homens e mulheres negras a imagem dos brancos, inaugurando uma filogenia, assim como uma ontossociogenia, cuja centralidade é a crítica ao racismo gerado pelo capitalismo.

No contexto dessa reflexão, essa perspectiva pode ser utilizada para pensar na evolução histórica das sociedades e em como, em determinado momento, o **racismo** foi inserido como uma ferramenta ideológica e prática para justificar e manter o sistema de exploração capitalista. Durante o colonialismo e o surgimento do capitalismo moderno, a justificativa de superioridade racial foi uma peça central para a exploração de povos colonizados, escravizados e subjugados. O racismo científico, que emergiu principalmente no século XIX, tentava legitimar a desigualdade racial com base em interpretações distorcidas da biologia, naturalizando a hierarquia racial e justificando o domínio de povos europeus sobre africanos, indígenas e outros.

Portanto, a filogenia do racismo está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo e da colonização. O racismo não é algo “natural”, mas uma construção social, historicamente vinculada à necessidade de manter sistemas de exploração e acumulação de capital. Nesse sentido, o racismo serve como uma ferramenta para desumanizar determinados grupos e justificar a exploração econômica.

Aplicada a essa análise crítica, essa perspectiva evidencia que o racismo não se limita a uma ideologia imposta externamente, mas é também internalizado de modo progressivo pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias. Desde o nascimento, os indivíduos são inseridos em estruturas sociais que reproduzem desigualdades raciais e econômicas. Esse desenvolvimento não ocorre de forma isolada; ao contrário, está imerso em uma trama de relações sociais, culturais e políticas que conformam a identidade e moldam a percepção do “outro”.

Nesse sentido, o racismo é uma experiência vivida nos planos subjetivo e social, afetando, por consequência, tanto aqueles que são alvo dele quanto aqueles que se beneficiam de seu sistema. Para as pessoas negras e indígenas, o racismo resulta em formas profundas de alienação, desumanização e subordinação dentro da sociedade capitalista. A ontossociogenia crítica ao racismo busca desvelar essas

camadas de opressão, mostrando como o racismo é internalizado e reproduzido tanto pelas vítimas quanto pelos agentes sociais.

A ligação entre racismo e capitalismo é essencial para compreender as críticas contemporâneas a esses sistemas de dominação. O racismo não surgiu apenas como um fenômeno cultural ou como um “preconceito” isolado, mas como uma estrutura diretamente associada à acumulação de riqueza e poder no capitalismo.

Alguns estudiosos apontam Frantz Fanon como aquele que inaugurou os fundamentos teóricos da dimensão da diferença, em uma perspectiva de um humanismo libertário. Ambos os escritores em epígrafe buscam uma perspectiva da não opressão, quer pelos ditames do mito da sustentabilidade, quer pela negação do outro, transformado em apenas um consumidor, ou naquele, cuja subjetividade está territorializada pelo colonizador, do qual faz emergir a “negação sistematizada do outro”.

A importância das trajetórias está em que, na trajetória de Fanon, na década de 1950, ao ingressar na Universidade de Lyon, apercebeu-se das contradições históricas sobre a “liberdade e solidariedade” e dos significados múltiplos do reluzir da pele negra, e dos efeitos das máscaras brancas. Para além da opressão e do racismo, ser o “outro” aguçou o projeto de retorno ao solo ancestral e às problemáticas de libertação na Argélia, tornando-se esta a sua grande missão. A descentralização de serviços gerais substitutivos da hospitalização e a utilização de pessoal paramédico, praticadas por ele no início da década de 1950, são constitutivas do seu caráter precursor.

Assim também a missão e a trajetória de Ailton Krenak foram bastante intensas, pois, desde a sua juventude declarou uma demarcação política e epistêmica no seio das discussões sobre a retomada da democracia brasileira, na construção da Constituição de 1988. Articulou os povos indígenas para a criação da Associação Nacional, em construção coletiva das principais pautas.

As obras relacionam a humanidade ao conceito de violência e opressão e, ainda que não tenham sido o foco da nossa apreciação, ambos tratam da violência e a relação com a vida urbana. Frantz Fanon observa as situações de opressão e violência das metrópoles contemporâneas; sua descrição da “cidade do colonizado”, onde vivem negros e árabes, ajusta-se dramaticamente a cenários atuais espalhados pelo mundo: “a cidade do indígena, a cidade negra” é lugar “povoado de homens mal afamados”, onde “se nasce não importa onde” nem como, onde se morre “não importa de que”, é “cidade acuada”, onde, em “um mundo sem intervalos”, estão os homens “uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras” (FANON, 1965, p. 29).

Esse modelo de desenvolvimento promove a favelização e a negação da cidadania, ao mesmo tempo que cede espaço ao consumo exacerbado e à mercantilização da vida, produzindo formas de alienação e adoecimento social.

A tecitura das narrativas literárias nas obras “Os condenados da terra”, de Frantz Fanon (1965), e “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak evidencia que, embora situados em contextos históricos e geográficos distintos, ambos enfrentam o mesmo núcleo problemático: a invenção de uma humanidade que se pretende universal, mas que se funda na exclusão, na racialização e na exploração da vida. Se, em Fanon, a descolonização emerge como ruptura violenta necessária à recomposição do

ser, em Krenak ela se anuncia como deslocamento ontológico e reencantamento do mundo. Em comum, está a recusa da humanidade abstrata que homogeneiza e submete e a afirmação de uma humanidade por vir – enraizada na terra, na memória, no sonho e na práxis coletiva. Assim, o diálogo proposto não apenas aproxima dois autores, mas convoca a repensar sobre os fundamentos do que entendemos por humano, deslocando-o da lógica da dominação para a centralidade da vida.

Referências

- ARTHUR, W. Brian. Complexity and the economy. *Science*, Washington, D.C., v. 284, p. 107, 1999. Doi: 10.1126/science.284.5411.107.
- BEINHOCKER, Eric D. *Origem da riqueza: evolução, complexidade e a reformulação radical da economia*. Harvard: Harvard Business Press, 2006.
- BHABHA, Homi K. Interrogando a identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial. In: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 70-104.
- DOMENACH, Jean-Marie. Les damnés de la Terre. *L'Esprit*, Paris, v. 30, n. 3, mar. 1962; v. 30, n. 4, abr. 1962.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1965.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. *Sociologie d'une révolution*. Paris: Maspero, 1966.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que agora? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. São Carlos: UFSCar, 2015.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The entropy law and the economic process*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.
- JUNG, Carl Gustav. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LUKÁCS, György. *Existencialismo ou marxismo?* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul: modernidade, império e colonialidade*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 396-443.
- MBEMBE, Achille. *A universalidade de Frantz Fanon*. 2013. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/da-fala/a-universalidade-de-frantz-fanon-de-achille-mb>. Acesso em: 23 mar. 2022.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ORTIZ, Renato. *A modernidade e a etnicidade de Renato*. Brasília: Editora Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. Frantz Fanon: um itinerário político e intelectual. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 2, p. 425-442, jul./dez. 2014.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 5. ed. São Paulo: Nobel, 2000.

Recebido em 7 de março de 2025.

Aprovado em 27 de agosto de 2025.

Resumo/Abstract

Diálogo entre Fanon e Krenak

Selma Capinan

O presente artigo propõe um diálogo entre Frantz Fanon, a partir das obras *Os condenados da terra* e *Pele negra, máscaras brancas*, e Ailton Krenak, por meio de *Ideias para adiar o fim do mundo*, com o objetivo de analisar o conceito de humanidade em ambos os autores. Argumenta-se que a colonização produz não apenas uma desumanização material, mas também psicológica, marcada pela internalização do racismo e pela corrosão da identidade do sujeito colonizado. Embora situados em contextos distintos, Fanon e Krenak compartilham uma crítica aos sistemas coloniais e capitalistas, compreendidos como estruturas que instauram um regime ontológico baseado na hierarquização das vidas, na racialização dos corpos e na legitimação da exclusão. Fanon defende a violência revolucionária como meio de restauração da humanidade dos povos oprimidos, enquanto Krenak questiona a noção hegemônica de humanidade imposta pela modernidade ocidental, propondo uma cosmovisão na qual a vida humana se encontra intrinsecamente ligada ao meio ambiente. O estudo dialoga com autores como Achille Mbembe e György Lukács, entre outros, e conclui que ambos contribuem para a reconstrução da humanidade, a partir da reconciliação com as identidades e de novas formas de relação com o mundo.

Palavras-chave: humanidade, colonização, etnocídio, Frantz Fanon, Krenak.

Dialogue between Fanon and Krenak

Selma Capinan

This article proposes a dialogue between Frantz Fanon, based on *The wretched of the earth* and *Black skin, white masks*, and Ailton Krenak, through *Ideas to postpone the end of the world*, aiming to analyze the concept of humanity in both authors. It argues that colonization produces not only material but also psychological dehumanization, marked by the internalization of racism and the erosion of the colonized subject's identity. Although situated in distinct contexts, Fanon and Krenak share a critical perspective on colonial and capitalist systems, understood as structures that establish an ontological regime grounded in the hierarchization of lives, the racialization of bodies, and the legitimization of exclusion. Fanon advocates revolutionary violence as a means for oppressed peoples to restore their humanity, while Krenak challenges the hegemonic notion of humanity imposed by Western modernity, proposing a worldview in which human life is intrinsically connected to the environment. This study

also engages with theorists such as Achille Mbembe and György Lukács, among others, and concludes that both authors offer significant contributions to rethinking humanity through the reconciliation with identity and the development of new ways of relating to the world.

Keywords: humanity, colonization, ethnocide, Frantz Fanon, Krenak.